



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, de forma híbrida, reuniu-se o Conselho Universitário — Consuni da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da quinta reunião ordinária de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes, na primeira sessão, os conselheiros **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** e **Marcilene Vieira da Nóbrega**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** e **Ananias Agostinho da Silva**, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Pedro Thiago Valerio de Souza** e **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Andrea Maria Ferreira Moura** e **Rafael Castelo Guedes Martins**, do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** e **Adrian José Molina Rugama**, do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Aline Lidiane Batista** e **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **José Albenes Bezerra Júnior** e **Ângelo Magalhães Silva**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Wesley de Oliveira Santos** e **Ednardo Pereira da Rocha**, do Centro de Engenharias — CE; **Maria Kaliane de Oliveira Moraes**, **Milena Paula Cabral de Oliveira** e **Talita Barbosa Abreu Diógenes**, representantes técnico-administrativos; **Anna Júlia Britto da Silva** e **Amanda Nayara de Melo Costa**, representantes discentes; e **Maria Marleide da Cunha Matias**, representante da comunidade.

Conselheiro com falta não justificada: Ávila Kelly de Medeiros Nicolau. **Conselheiro com falta justificada:** Johnnatan Fernandes da Silva Mota. Na segunda sessão estiveram presentes os conselheiros **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** e **Marcilene Vieira da Nóbrega**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** e **Ananias Agostinho da Silva**, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Pedro Thiago Valerio de Souza**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Andrea Maria Ferreira Moura** e **Rafael Castelo Guedes Martins**, do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** e **Adrian José Molina Rugama**, do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Aline Lidiane Batista** e **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **José Albenes Bezerra Júnior** e **Ângelo Magalhães Silva**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Wesley de Oliveira Santos** e **Ednardo Pereira da Rocha**, do Centro de Engenharias — CE; **Maria Kaliane de Oliveira Moraes**, **Milena Paula Cabral de Oliveira** e **Talita Barbosa Abreu Diógenes**, representantes técnico-administrativos; **Anna Júlia Britto da Silva** e **Amanda Nayara de Melo Costa**, representantes discentes. **Conselheiras com falta justificada:** **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos** e **Maria Marleide da Cunha Matias**. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, declarou aberta a reunião, realizou a leitura da pauta e a colocou em discussão. Em seguida, leu a justificativa de ausência do conselheiro discente Johnnatan Fernandes da Silva Mota, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, deu boas-vindas aos novos conselheiros, destacando tratar-se da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

33 primeira reunião presidida por ele na nova composição do Conselho. Na oportunidade, a conselheira **Liz Carolina**
34 **da Silva Lagos Cortes Assis** solicitou a inclusão do processo de redistribuição professor Guelson Batista da Silva
35 ao ponto quatro, já previamente enviado pela Secretaria de Órgãos Colegiados – SOC por e-mail, e apresentou
36 questionamento sobre o ponto relativo ao relatório de gestão. Destacou a ausência de apreciação pelo Conselho
37 de Curadores — CC, mencionando a relevância técnica desse órgão e a importância de um prazo maior para
38 análise, dada a complexidade do documento. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
39 esclareceu que o CC não está atualmente constituído por falta de quórum, situação recorrente historicamente, e
40 que o relatório foi publicado dentro do prazo legal, embora ainda pendente de aprovação pelo Consuni. A
41 conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** reiterou a necessidade de atenção à recomposição do
42 CC, observando que a última chamada ocorreu em março de 2024, e reforçou sua preocupação com a
43 responsabilidade institucional envolvida. Em seguida, a conselheira **Tamms Maria da Conceição Moraes**
44 **Campos** solicitou a inclusão do processo de afastamento do servidor Francisco Cleiton da Silva Paiva, informando
45 que o processo chegou ao CMPF apenas no final da manhã, não sendo possível o envio prévio à lista de e-mails.
46 O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, reiterou que, geralmente, esses casos devem ser
47 encaminhados previamente, mas colocou a possibilidade de abrir uma votação para incluir o ponto na pauta. O
48 conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum** manifestou posição semelhante à da conselheira anterior quanto
49 ao relatório de gestão, observando que, embora compreenda as justificativas, o documento é extenso e exige
50 análise cuidadosa. Registrou que houve reuniões anteriores em que o ponto poderia ter sido incluído e solicitou a
51 retirada de pauta, salvo se a não aprovação causasse algum prejuízo institucional. O presidente deste Conselho,
52 **Rodrigo Nogueira de Codes**, propôs a participação com fala do Pró-reitor da Pró-reitoria de Planejamento —
53 Proplan, **José Domingues Fontenele Neto**, a fim de prestar esclarecimentos. Pôs em votação, a qual foi
54 aprovada por unanimidade. O convidado **José Domingues Fontenele Neto** explicou que o relatório segue
55 estritamente as normas do Tribunal de Contas da União — TCU, que exige publicação até trinta e um de março, e
56 afirmou que a ausência de aprovação pelo conselho não gera dano objetivo, embora o procedimento ideal fosse
57 que a aprovação antecederse a publicação. Destacou que a situação não é inédita e sugeriu a possibilidade de
58 apreciação em reunião extraordinária, permitindo tempo adequado para revisão. A conselheira **Liz Carolina da**
59 **Silva Lagos Cortes Assis** reforçou a relevância do CC na análise do relatório e a necessidade de esforços para
60 recompor sua composição, especialmente em função da responsabilidade social do documento. O convidado
61 **José Domingues Fontenele Neto** concordou com a importância do órgão e incentivou que os conselheiros
62 promovam a participação de candidatos quando o processo eleitoral for reaberto. O conselheiro **Ananias**
63 **Agostinho da Silva** endossou as colocações da conselheira anterior e recordou sua participação no Conselho no
64 ano anterior, ressaltando o trabalho criterioso realizado na análise do relatório de dois mil e vinte e três, que
65 demandou mais de uma reunião, especialmente na verificação de dados orçamentários e na busca de fontes para
66 garantir transparência e manifestou apoio ao entendimento de que tal apreciação requer tempo e dedicação. Em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

67 seguida, fez observações sobre os pedidos tardios de inclusão de pontos de pauta, destacando que as
68 solicitações ocorreram nos dias vinte e sete, vinte e oito, e vinte e nove, algumas apenas após o meio-dia, e que a
69 documentação chegou de forma igualmente tardia, o que compromete o tempo dos conselheiros para leitura
70 prévia. Enfatizou que, diante do acúmulo de atribuições dos membros, a análise antecipada é essencial para
71 deliberações responsáveis. Na sequência, a conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**
72 tratou da solicitação encaminhada pela Pró-reitoria de Graduação — Prograd referente à dispensa de cômputo do
73 item 1.13 da Resolução Consuni/Ufersa nº 010, de 24 de novembro de 2014, lembrando que em momentos
74 anteriores situações semelhantes resultaram na formação de comissão, mesmo quando o tema parecia simples.
75 Considerou importante que o ponto fosse incluído, ainda que com documentação tardia. O presidente deste
76 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que, neste caso, não haveria alteração de resolução, pois
77 tratava-se apenas da dispensa de um item aplicável somente ao período excepcional 2024.3, solicitada pela
78 Comissão Permanente de Pessoal Docente — CPPD e encaminhada pela Prograd. O conselheiro **Lucas**
79 **Ambrósio Bezerra de Oliveira** manifestou-se, reconhecendo a pertinência das observações sobre a necessidade
80 de atenção aos prazos de inclusão de pauta e fazendo autocritica nesse sentido, e questionou sobre o processo
81 de afastamento que havia solicitado, afirmando que não o encontrou no site, apenas por e-mail, e se ainda assim
82 seria apreciado. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, respondeu que, por se tratar de
83 reunião ordinária, inclusões e exclusões de pauta são permitidas até o momento da reunião, cabendo ao plenário
84 deliberar. A conselheira **Maria Kalliane de Oliveira Moraes** solicitou esclarecimentos adicionais sobre a
85 prerrogativa do Consuni na ausência de parecer do CC, citando dispositivo regimental sobre prestação de contas
86 anual. O convidado **José Domingues Fontenele Neto** confirmou que o Consuni pode assumir essa atribuição
87 quando não houver conselho constituído, conforme previsto, reforçando que historicamente o CC enfrenta
88 dificuldades de formação. O conselheiro **Adrian José Molina Rugama** “também contribuiu, relatando experiência
89 anterior e lembrando que já há muitos anos a dificuldade de compor o conselho é recorrente. Mencionou que, no
90 passado, uma alteração regimental buscou mitigar o problema, permitindo que o Consuni assumisse certas
91 atribuições. Em seguida, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, deu início às votações,
92 começando pelo processo de redistribuição do docente Guelson Batista da Silva, o qual foi aprovado com treze
93 votos favoráveis, um voto contrário e oito abstenções; o pedido de retirada do processo de redistribuição da
94 docente Jeane Cruz Portela, o qual foi aprovado por unanimidade; a inclusão do processo de afastamento da
95 docente Ana Maria Pereira Aires, a qual foi aprovada com vinte votos favoráveis e duas abstenções; e o pedido de
96 inclusão do processo de afastamento do servidor Francisco Cleiton da Silva Paiva, o qual foi aprovado com nove
97 votos favoráveis, dois votos contrários e sete abstenções. A conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes**
98 **Assis** justificou seu voto em abstenção por não ter tido acesso ao processo para análise. Em seguida, pôs em
99 votação a retirada do ponto três da pauta, a qual foi aprovada com dezoito votos favoráveis e quatro abstenções; e
100 a inclusão do ponto solicitado pela CPPD, a qual foi aprovada por unanimidade. Por fim, pôs em votação a pauta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

101 como um todo, a qual foi aprovada por unanimidade, ficando da seguinte forma: **PAUTA — primeiro ponto:**
102 apreciação e deliberação sobre as atas da 4ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária de 2025; **segundo**
103 **ponto:** apreciação e deliberação sobre processos de afastamento; **terceiro ponto:** apreciação e deliberação
104 sobre processos de redistribuição; **quarto ponto:** apreciação e deliberação da minuta que cria a Comissão
105 Permanente para Gestão do Espaço Físico responsável pela gestão, uso e ocupação do solo da Universidade
106 Federal Rural do Semi-Árido; **quinto ponto:** apreciação e deliberação da minuta que cria a Comissão Permanente
107 de Política sobre o Meio Ambiente, Saúde Única e Boa Convivência com os Animais e suas competências no
108 âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido; **sexto ponto:** apreciação e deliberação sobre dispensa do
109 cômputo do item 1.13 da Resolução Consuni/Ufersa nº 010/2014, de 24 de novembro de 2014; e **Sétimo ponto:**
110 Outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a
111 leitura do ponto e pôs em apreciação. O conselheiro **José Adrian Molina Rugama** questionou sobre a
112 necessidade de abstenção por parte dos novos membros que não haviam participado da reunião correspondente.
113 O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que a abstenção não era obrigatória, pois
114 a ata precisava ser apreciada e votada pelo conselho vigente, cabendo a cada um decidir como votar. Pôs a ata
115 da quarta reunião ordinária em votação, a qual foi aprovada com quinze votos favoráveis e sete abstenções. Na
116 sequência, pôs a ata da primeira reunião extraordinária em votação, a qual foi aprovada com onze votos
117 favoráveis e onze abstenções. **SEGUNDO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
118 leu o ponto de pauta referente aos processos de afastamento e pôs em discussão. Em seguida, pôs em análise o
119 processo da servidora Anne Karoline Silva Félix. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** chamou atenção
120 para um erro de digitação na data registrada no parecer do Setor de Capacitação e Aperfeiçoamento — SCA, na
121 página dezesseis do processo, constando “32 de março”. A conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira**
122 destacou que o equívoco ocorreu no parecer da Progepe, não na solicitação da servidora. O presidente deste
123 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida,
124 passou ao processo da docente Cecília Irene Perez Calabuig. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**
125 explicou que inicialmente havia divergência nas datas de afastamento e que o processo foi devolvido para ajuste
126 ao prazo mínimo de noventa dias, resultando no novo período de 2 de junho de 2025 a 1º de junho de 2026. O
127 conselheiro **Adrian José Molina Rugama** questionou sobre a tramitação após o ajuste da data, observando que o
128 processo não retornou ao departamento ou ao conselho de centro, além de apontar que a carta da instituição de
129 destino apresentava um período diferente daquele resultante da mudança. O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
130 **Nogueira de Codes**, sugeriu aprovar o afastamento condicionando apenas a juntada posterior do documento
131 atualizado, sem prejuízo da publicação do afastamento. A conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira**
132 **Medeiros Silva** também solicitou ajuste no parecer do centro para inclusão de informação técnica usualmente
133 presente nesse tipo de despacho. Dada a discussão, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
134 pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, prosseguiu com a análise do processo do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

135 docente Humberto Dionísio de Andrade e pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Na continuidade,
136 passou ao processo da docente Ana Maria Pereira Aires. O conselheiro **Adrian José Molina Rugama** observou
137 que, diferentemente do caso anterior, esse processo não apresentava adequação ao prazo de noventa dias,
138 contando apenas oitenta e dois, e questionou se o mesmo critério não deveria ser aplicado. A conselheira **Andrea**
139 **Maria Ferreira Moura** relatou que, no Consepe, prazos semelhantes sempre foram tratados com flexibilidade,
140 desde que não prejudicassem a tramitação do processo, reforçando que os noventa dias destinam-se
141 principalmente a garantir tempo para análise nas instâncias internas. O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
142 **Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Por
143 fim, pôs em análise o processo do servidor Francisco Cleiton da Silva Paiva. Os conselheiros **José Albenes**
144 **Bezerra Júnior** e **Wesley de Oliveira Santos** apontaram um erro, na página oito, na indicação das datas,
145 constando “6 de junho a 6 de junho de 2026”, quando deveria ser “6 de junho a 5 de junho de 2026”. Pôs em
146 votação, a qual foi aprovada com dezoito votos favoráveis e quatro abstenções. **TERCEIRO PONTO**. O presidente
147 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta, referente aos processos de redistribuição, e
148 pôs em apreciação. Pôs em análise o processo de Manoel Fortunato Sobrinho Júnior. O conselheiro **Adrian José**
149 **Molina Rugama** explicou que a solicitação havia sido aberta em fevereiro de dois mil e vinte e quatro, mas
150 permaneceu parada por longo período, possivelmente devido ao fato de um dos servidores envolvidos na permuta
151 estar em estágio probatório. Com a superação dessa condição apenas no final do período, o processo voltou a
152 tramitar. Contudo, ao verificar a documentação, o conselheiro identificou inconsistências em relação à Resolução
153 Consuni nº 1, de 7 de fevereiro de 2018. Segundo ele, o processo não continha parecer do Conselho de
154 Administração — Consad, exigência prevista para esse tipo de tramitação. Além disso, chamou atenção para o
155 fato de que o servidor havia usufruído licença para capacitação entre janeiro e abril de dois mil e vinte e cinco, o
156 que, segundo sua interpretação da norma, impediria a redistribuição antes de cumprido o período equivalente ao
157 tempo da licença. Assim, o servidor encontrava-se em férias até dezenove de junho, o que, na análise
158 apresentada, também impactaria a data possível de efetivação da redistribuição. A conselheira **Milena Paula**
159 **Cabral de Oliveira** observou que licença para capacitação e afastamento são institutos distintos e que a exigência
160 de permanência adicional prevista na norma aplica-se especificamente a afastamentos para qualificação, e não à
161 licença para capacitação. Dito isso, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, encaminhou que
162 o processo fosse devolvido ao Consad para emissão do parecer necessário, com retorno posterior ao Consuni. Na
163 sequência, passou à análise do processo do docente Guelson Batista da Silva. A conselheira **Liz Carolina da**
164 **Silva Lagos Cortes Assis** pediu desculpas ao plenário e ao professor pelo fato de não ter realizado a oclução
165 dos dados sensíveis do processo ao enviá-lo, explicando que acreditava ser um procedimento executado pela
166 Secretaria. O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** complementou, explicando que sua própria
167 cautela ao não reenviar os documentos pelo e-mail dos conselheiros se devia justamente ao receio de
168 compartilhar informações pessoais sem a devida anonimização, reforçando a importância da atenção às normas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

169 de proteção de dados. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o processo em votação, a
170 qual foi aprovada com dezenove votos favoráveis e três abstenções. O conselheiro **Ananias Agostinho da Silva**
171 questionou sobre a ordem procedimental a respeito do encaminhamento decidido no processo de redistribuição do
172 servidor Manoel Fortunato Sobrinho Júnior, perguntando se o envio ao Consad necessitava de votação. O
173 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que não, uma vez que ficou constatada a
174 ausência de apreciação prévia do Consad, sendo esse o fluxo correto. **QUARTO PONTO.** O presidente deste
175 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em discussão. Prosseguiu então com a
176 leitura do relatório do conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, que não integrava mais o Conselho. O texto
177 destacava que a minuta tratava da criação da comissão responsável pela implementação do Plano Diretor do
178 campus, incluindo a análise de intervenções no espaço físico, emissão de pareceres técnicos, elaboração das
179 revisões quadrienais e demais ações decorrentes. O relator ressaltou a importância da existência de uma
180 comissão dessa natureza para garantir organização, dinamismo e maior racionalidade administrativa. O presidente
181 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação o voto do relator *Aprovar texto da norma com*
182 *alterações*, a qual foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Na sequência, o conselheiro
183 **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** levantou uma dúvida sobre o preâmbulo da minuta. Observou que o texto
184 falava genericamente da Ufersa e de suas ações estruturantes, mas em outro trecho a comissão aparecia
185 vinculada especificamente ao *campus* Mossoró. Perguntou se essa distinção deveria constar já no preâmbulo. O
186 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, sugeriu a participação com fala do superintendente
187 Eriberto Carlos Mendes da Silva, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, o
188 convidado **Eriberto Carlos Mendes da Silva** explicou que o Plano Diretor do *campus* Mossoró havia sido
189 resultado de amplo trabalho técnico e que a comissão seria o instrumento responsável por operacionalizá-lo,
190 avaliando impactos urbanísticos, ambientais, de infraestrutura e de logística, além de assegurar coerência com a
191 setorização proposta. A conselheira **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos** contribuiu lembrando que
192 apenas o *campus* Mossoró possuía Plano Diretor aprovado e que, no momento da aprovação, havia sido sugerida
193 a elaboração de planos específicos para os demais *campi*, dada a diversidade de características geográficas e
194 estruturais. Destacou ainda a diferença entre o termo “comissão” utilizado no Plano Diretor e a expressão
195 “comissão permanente” presente na minuta em discussão, sugerindo atenção à coerência terminológica. O
196 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, confirmou que a resolução decorria diretamente do
197 Plano Diretor do *campus* Mossoró, razão pela qual sua aplicação se restringe a esse *campus* até que os demais
198 elaborassem seus próprios planos. O conselheiro **Ednardo Pereira da Rocha** expressou preocupação com a
199 ausência de prazos para emissão dos pareceres pela comissão, considerando que muitos projetos dependem de
200 execução rápida por causa de exigências de financiamento. O convidado **Eriberto Carlos Mendes da Silva**
201 respondeu que os prazos seriam posteriormente definidos pela própria comissão em sua regulamentação interna,
202 observando que a superintendência já tinha experiência na tramitação ágil de demandas e que esse seria um dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

203 pontos a serem consolidados. A conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura** levantou preocupação quanto ao envio
204 simultâneo de duas minutas em período próximo a feriado, observando que isso dificultava a análise adequada, e,
205 em seguida, questionou a clareza da redação do artigo segundo, especialmente sobre a composição da comissão.
206 Perguntou se os engenheiros e arquitetos da Divisão de Projetos e Obras — DPO teriam assento permanente. O
207 convidado **Eriberto Carlos Mendes da Silva** explicou que a intenção era garantir representação técnica mínima
208 nas diversas especialidades - civil, elétrica, mecânica, segurança, arquitetura - evitando engessar a norma com
209 menções específicas que poderiam se tornar incompatíveis com futuras mudanças de pessoal. A conselheira **Liz**
210 **Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** parabenizou a proposta, mas reforçou a necessidade de prever
211 mecanismos que permitissem participação de professores e técnicos de outras áreas, sobretudo em temas como
212 paisagismo e arborização, para evitar lacunas interpretativas futuras. O convidado **Eriberto Carlos Mendes da**
213 **Silva** concordou com a pertinência das observações, afirmando que a superintendência sempre buscou integrar
214 docentes e pesquisadores, mas reconheceu que a resolução deve ser clara para garantir estabilidade ao longo
215 das gestões. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**, que ponderou que a resolução estabelecia
216 apenas a criação da comissão, e que questões como prazos, fluxos e participação ampliada poderiam ser
217 regulamentadas posteriormente. O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** retomou sua dúvida inicial
218 sobre a menção ao *campus* Mossoró, além de manifestar preocupação com a possibilidade de sobrecarga de
219 servidores, caso a composição ficasse demasiadamente restrita. Destacou, contudo, a relevância do trabalho
220 realizado na elaboração do Plano Diretor e parabenizou todos os envolvidos. O conselheiro **José Albenes**
221 **Bezerra Júnior** parabenizou o trabalho do relator Hudson Pacheco Pinheiro, destacando o zelo e o cuidado
222 empregados na análise da minuta. Explicou que suas propostas tinham caráter de ajustes textuais e de
223 esclarecimento, iniciando pela sugestão relacionada ao inciso terceiro do artigo que tratava da composição da
224 comissão. Observou que a redação mencionava a Superintendência de Infraestrutura — SIN com a palavra
225 “presidente” entre parênteses, o que lhe motivou a sugerir a criação de um parágrafo explicando expressamente
226 que a presidência da comissão ficaria a cargo do representante da Superintendência. Com isso, o parágrafo único
227 existente passaria a ser desdobrado em parágrafo primeiro e parágrafo segundo. O presidente deste Conselho,
228 **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada com vinte votos favoráveis e duas abstenções.
229 Em seguida, passou à segunda proposta, também colocada pelo conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**, que
230 envolvia ajustes decorrentes da criação dos novos parágrafos. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**
231 esclareceu que tratava-se de uma consequência natural da aprovação anterior, não necessitando de outra
232 votação. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, prosseguiu com o artigo quinto da minuta. O
233 conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** explicou que se tratava novamente de um ajuste textual, consistente
234 na adequação da grafia do nome da comissão, além da sugestão de inclusão do termo “intervenção” para evitar
235 interpretações equivocadas sobre a competência da comissão relativa a obras novas. O convidado **Eriberto**
236 **Carlos Mendes da Silva** ponderou que, do ponto de vista da engenharia e da classificação de obras, os termos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

237 construção, reforma e ampliação possuem significado próprio e que, na forma em que o texto estava redigido, não
238 identificava risco de interpretação divergente. Dada a explicação, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**
239 optou pela retirada da proposta. Com isso, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, registrou a
240 retirada e declarou encerrada a fase de análise das propostas. Em seguida, pôs a resolução como um todo em
241 votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **QUINTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
242 **Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em apreciação. O relator da minuta, o conselheiro **Rodrigo Silva**
243 **da Costa Goldbaum**, agradeceu à comissão responsável e ressaltou a relevância do tema diante de problemas
244 recorrentes relacionados à convivência com animais na instituição e em outras esferas, como a universidade
245 estadual e a prefeitura. Destacou os objetivos da comissão, especialmente a institucionalização de práticas ligadas
246 ao bem-estar animal, à saúde única e à sustentabilidade, enfatizando que o documento busca dar um primeiro
247 passo para enfrentar desafios cotidianos da universidade, como abandono de animais, riscos sanitários e
248 ausência de controle populacional. A conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** manifestou apoio ao
249 relatório, parabenizou a comissão e apontou a pertinência da discussão. Ressaltou ainda que a questão é crônica
250 e há anos demanda regulamentação. A conselheira **Marcilene Vieira da Nóbrega** também parabenizou o relator e
251 declarou voto favorável, mencionando dificuldades no prazo para apresentação de emendas. Fez, entretanto, uma
252 observação sobre o uso do termo “animais”, sugerindo a adoção de expressões como fauna doméstica e exótica
253 para o texto, refletindo a realidade dos *campi* inseridos no semiárido, incluindo a eventual presença de animais
254 peçonhentos. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu a dinâmica de análise das
255 resoluções e informou que, após aprovação do voto do relator, são apreciadas as emendas. Em seguida, a
256 conselheira **Maria Marleide da Cunha Matias** reforçou a importância da iniciativa, destacando que o município de
257 Mossoró não possui plano de manejo ético de animais nem ações orçamentárias específicas voltadas à causa, o
258 que reforça a relevância da atuação da universidade. Parabenizou a comissão e avaliou que a resolução
259 representa um avanço significativo para o município. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
260 pôs em votação o voto do relator “*Aprovar texto da norma com alterações*”, a qual foi aprovada por unanimidade.
261 Em seguida, pôs a participação com fala da servidora Rudna Angélica Vieira do Vale em votação, a qual foi
262 aprovada por unanimidade. Com a palavra, a convidada **Rudna Angélica Vieira do Vale** explicou que a
263 manutenção do termo meio ambiente no texto havia sido revista pela comissão após observações técnicas, pois
264 se trata de tema amplo que poderia extrapolar o escopo da minuta. Assim, propôs retirar o termo do título e de
265 trechos que remetiam a responsabilidades técnicas específicas, mantendo-o apenas onde houvesse integração
266 direta com saúde única e convivência com animais. A conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis**
267 concordou e sugeriu que o título fosse reorganizado com foco mais claro no objeto, sem necessidade de sigla. A
268 conselheira **Maria Kalliane de Oliveira Moraes** destacou a necessidade de uso da sigla, defendendo que pode
269 auxiliar nas campanhas de divulgação e marketing. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
270 pôs a proposta do relator em votação, a qual foi aprovada com vinte votos favoráveis e duas abstenções. Passou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

271 à análise das emendas subsequentes. O conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza** retirou sua emenda no
272 artigo primeiro, por entender que perdeu o sentido após esclarecimentos da comissão. Propôs a criação do
273 parágrafo segundo, enfatizando o caráter multidisciplinar da comissão e sua atuação integrada às diretrizes do
274 Sistema Único de Saúde e da legislação ambiental e sanitária. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira**
275 **de Codes**, pôs a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, apresentou a
276 proposta da conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura**, referente à criação do capítulo um. Pôs todos os títulos de
277 capítulos em votação, a qual foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Passou ao artigo
278 segundo, que continha proposta de emenda do conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza**, acerca da inclusão
279 da menção à política de vigilância sanitária. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em
280 votação, a qual foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. No artigo terceiro, o conselheiro
281 **Pedro Thiago Valério de Souza** propôs a criação de um novo inciso com o intuito de ter na comissão um servidor
282 com atuação na área sanitária. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a
283 qual foi aprovada com catorze votos favoráveis e oito abstenções. Em seguida, apresentou proposta de correção
284 ortográfica, não havendo necessidade de votação. Na sequência, apresentou proposta de emenda do conselheiro
285 **Pedro Thiago Valério de Souza**, referente à alínea 'a', do parágrafo segundo, artigo terceiro, pôs em votação, a
286 qual foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Passou ao parágrafo sexto, em que o
287 conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza** propôs a retirada da obrigatoriedade de funcionamento da comissão
288 no Campus Central. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi
289 aprovada com quinze votos favoráveis e sete abstenções. Na continuidade, passou à análise da proposta de
290 emenda apresentada pela conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura**, referente à alínea 'b', do parágrafo oitavo,
291 destinada a redefinir o quórum mínimo para início das reuniões da comissão. O conselheiro **José Albenes**
292 **Bezerra Júnior** observou uma questão relativa à estrutura do documento, destacando que capítulos não podem
293 iniciar por parágrafo, mas por artigo. O relator **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum** confirmou que essa revisão já
294 estava prevista. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada
295 por unanimidade. Em seguida, analisou emenda do conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza**, que sugeriu a
296 alteração da alínea 'e', do parágrafo oitavo, que as reuniões da comissão pudessem ocorrer de forma híbrida,
297 remota ou presencial. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi
298 rejeitada com dez votos contrários, cinco votos favoráveis e uma abstenção. Passou à proposta do ex-
299 conselheiro **Antonio Wilton de Moraes Junior**, referente à alínea 'g', do parágrafo oitavo, pôs em votação, a qual
300 foi aprovada com vinte votos favoráveis e duas abstenções. Em seguida, pôs em apreciação a proposta do
301 conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** sobre a criação do parágrafo nono estabelecendo que a reitoria designe
302 um servidor técnico permanente para atuar como secretário da comissão. O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
303 **Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi rejeitada com vinte e um votos contrários e um voto favorável.
304 Passou às emendas referentes aos incisos do artigo quarto. No inciso segundo, o ex-conselheiro **Antonio Wilton**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

305 **de Moraes Junior** havia proposto sua exclusão, justificando que o conteúdo poderia restringir discussões
306 institucionais mais amplas. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual
307 foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e seis abstenções. No inciso terceiro, o ex-conselheiro **Antonio**
308 **Wilton de Moraes Junior** apresentou proposta acerca de ações educativas. O presidente deste Conselho,
309 **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi rejeitada com dez votos contrários, oito favoráveis e
310 quatro abstenções. No inciso quinto, o ex-conselheiro **Antonio Wilton de Moraes Junior** sofreu alteração
311 relacionada às ações de proteção voltadas aos animais errantes. O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
312 **Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada com vinte votos favoráveis e duas abstenções. No
313 inciso oitavo, a conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura** apresentou proposta de emenda que incluía ações
314 educativas sobre proteção animal, ambiente, adoção responsável e convivência com animais abandonados. O
315 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezenove
316 votos favoráveis e três abstenções. No inciso onze, havia proposta de emenda do ex-conselheiro **Antonio Wilton**
317 **de Moraes Junior** que tratava do recebimento e encaminhamento de denúncias pela comissão. O conselheiro
318 **Ananias Agostinho da Silva** argumentou que a comissão não poderia acumular o papel de receber e tratar
319 denúncias, sob risco de sobreposição de funções e prejuízo ao devido processo. Dito isso, decidiu-se pela
320 supressão integral do inciso. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta de
321 retirada em votação, a qual foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Na sequência, passou
322 ao inciso treze, com proposta do ex-conselheiro **Antonio Wilton de Moraes Junior** que consistia na inclusão do
323 termo “animais errantes”. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi
324 rejeitada com dezenove votos contrários e três votos favoráveis. Em seguida, passou à análise da proposta de
325 criação do inciso quinze, apresentada pelo conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**, que sugeria estimular a
326 constituição de núcleos locais de vigilância socioambiental. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
327 **Codes**, pôs em votação, a qual foi rejeitada com vinte votos contrários e dois votos favoráveis. Na sequência,
328 apresentou a proposta de criação do inciso dezesseis, também feita pelo conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**,
329 propondo a criação de canais abertos para diálogo com a comunidade interna e externa. O conselheiro **José**
330 **Albenes Bezerra Júnior** manifestou preocupação com o acúmulo de atribuições que poderiam desestimular a
331 participação na comissão, defendendo que ações dessa natureza poderiam ser desdobramentos futuros e não
332 obrigações fixadas em resolução. A conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** reforçou a necessidade de
333 proteção ao denunciante e do uso adequado dos canais oficiais, destacando que plataformas paralelas não
334 garantiriam sigilo. Dadas as manifestações, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em
335 votação, a qual foi rejeitada com vinte votos contrários e dois votos favoráveis. Em seguida, passou à análise da
336 proposta de alteração do artigo quinto, apresentada pelo conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**, que sugeria que
337 os casos fossem encaminhados inicialmente aos setores competentes da universidade e, apenas em última
338 instância, ao Consuni. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

339 rejeitada com vinte votos contrários e duas abstenções. Em seguida, pôs a resolução como um todo em votação, a
340 qual foi aprovada por unanimidade. Depois, pôs em votação a suspensão da reunião vigente, a qual foi aprovada
341 com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. **SEGUNDA SESSÃO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
342 **Nogueira de Codes**, retomou a reunião e fez a chamada dos conselheiros presentes. Em seguida, leu as
343 justificativas de ausência da conselheira Tamms Maria da Conceição Morais Campos e da conselheira Maria
344 Marleide da Cunha Matias. **SEXTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o
345 ponto de pauta e pôs em discussão. Apresentou uma solicitação encaminhada à Prograd pela CPPD que, em
346 resposta à ofício, recomendou que, diante da confirmação pela Superintendência de Tecnologia da Informação e
347 Comunicação — Sutic da impossibilidade de operacionalizar a avaliação docente pelo discente no período
348 suplementar 2024.3, fosse dispensada a obrigatoriedade desse componente na planilha de progressão funcional.
349 O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que o item 1.13 permanece válido na
350 resolução, mas sua aplicação não seria exigida especificamente para progressões cujos interstícios incluam o
351 período suplementar 2024.3, uma vez que este foi cadastrado no sistema como período de férias. Em seguida, o
352 conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum** solicitou que fosse apresentada explicação técnica mais
353 detalhada sobre a impossibilidade de operacionalização do sistema, argumentando que vários docentes
354 buscavam esclarecimentos e que a comunidade merecia uma justificativa transparente. A conselheira **Liz**
355 **Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** reforçou a necessidade de esclarecimentos, destacando que problemas
356 semelhantes já haviam ocorrido e que seria importante avaliar soluções estruturais. O conselheiro **Ananias**
357 **Agostinho da Silva** mencionou que dificuldades operacionais vinham se repetindo em outras áreas e que
358 justificativas consistentes fortaleceriam a confiança no sistema e na gestão. Dadas as manifestações, o presidente
359 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, informou que a Sutic seria acionada e que seria produzida uma
360 nota técnica para esclarecimento da comunidade universitária. Em seguida, pôs em votação, a qual foi aprovada
361 por unanimidade. **SÉTIMO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, passou então ao
362 último ponto da pauta, referente à outras ocorrências. A conselheira **Maria Kalliane de Oliveira Morais** registrou
363 sua satisfação em retornar ao Conselho, destacando a importância do espaço colegiado e a presença das demais
364 representantes técnico-administrativas. Relatou episódio recente em que servidor docente, durante participação
365 em programa de cunho político fora da instituição, teria se referido ao Sindicato Estadual dos Trabalhadores em
366 Educação do Ensino Superior — Sintest como sindicato sem expressão, o que considerou uma fala infeliz e
367 injusta, especialmente por partir de ex-dirigente máximo da universidade. Ressaltou que o Sintest é historicamente
368 atuante, forte e respaldado pela categoria, contando com assembleias numerosas e participação constante.
369 Manifestou repúdio à tentativa de desqualificação da entidade e reafirmou o orgulho da categoria pela trajetória do
370 sindicato. O conselheiro **Adrian José Molina Rugama** expressou agradecimento pela recondução ao Conselho,
371 destacou a importância do CCA no processo e relatou uma situação envolvendo o uso de instalações do *campus*
372 por grupos externos. Mencionou que espaços do antigo prédio das engenharias e áreas próximas vinham sendo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

373 utilizados para alojamento de visitantes, sem comunicação prévia ao centro responsável, o que gerava
374 desconforto e episódios inesperados, especialmente no período noturno. Requereu que, em casos futuros, haja
375 comunicação formal aos setores responsáveis. A conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** reforçou
376 a satisfação em representar o CCA, manifestou apoio à fala da conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** e
377 registrou as atividades ambientais em curso na Semana do Meio Ambiente, convidando a comunidade a
378 acompanhar as ações promovidas nos *campi*. Relatou ainda demandas relacionadas à manutenção de áreas
379 externas, especialmente no setor de avicultura, onde atrasos na realização de podas e capinas comprometiam o
380 manejo dos animais. O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** manifestou satisfação com a nova
381 composição do Conselho e comentou brevemente o ponto votado anteriormente, reforçando que o semestre
382 suplementar teve natureza excepcional e que limitações do sistema não proprietário explicavam parte das
383 dificuldades relatadas. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** saudou os novos membros do Conselho e
384 destacou a importância da discussão permanente sobre letramento racial na instituição, mencionando
385 experiências exitosas observadas em outras universidades e a relevância de práticas contínuas para promoção da
386 igualdade e combate a discriminações. O conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza** reiterou apoio à
387 manifestação da conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** e registrou reconhecimento ao trabalho da Sutic,
388 destacando melhorias significativas na conectividade do *campus* Caraúbas após intervenção técnica. O
389 conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** também se associou às falas sobre a importância das entidades
390 representativas, destacando o papel da democracia interna e mencionando experiências relevantes nos cursos de
391 pós-graduação em gestão pública desenvolvidos pelo seu centro, ressaltando o compromisso das turmas com a
392 formação crítica e cidadã. Por fim, a conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** solicitou atualização da reitoria
393 acerca da situação dos estudantes residentes afetados pelo incêndio ocorrido recentemente na moradia
394 estudantil, destacando que a comunidade acompanhava o caso e aguardava esclarecimentos quanto às
395 providências adotadas, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento emergencial e às condições de permanência
396 estudantil. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, manifestou solidariedade à conselheira
397 **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** e à categoria dos servidores técnico-administrativos, reconhecendo a
398 pertinência das colocações feitas anteriormente e reforçando a importância da defesa das entidades
399 representativas. Em seguida, informou que, na sexta-feira anterior, a universidade recebeu o laudo que
400 desinterditou a estrutura do prédio que abriga os laboratórios de química, que atende às disciplinas básicas do
401 CCEN. O edifício encontrava-se interditado desde dois mil e vinte e um e havia sido definido como prioridade pela
402 gestão, após ter sido liberado de forma temporária em dois mil e vinte e três e novamente interditado. Informou
403 que o prédio está oficialmente liberado após quatro anos, permanecendo em execução ajustes relacionados ao
404 sistema elétrico e de climatização, considerando tratar-se de importante equipamento acadêmico recuperado para
405 uso da comunidade. Passou então a tratar do orçamento institucional, relatando que esteve em Brasília na
406 semana anterior em agenda convocada pelo Ministério da Educação — MEC, que inicialmente previa reunião com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

407 o presidente da República, posteriormente substituída pela presença de quatro ministros de Estado. Explicou que,
408 até então, vigorava um decreto que determinava liberação orçamentária na lógica de onze avos, o que estendia o
409 uso do orçamento anual para o equivalente a dezoito meses, comprometendo gravemente o funcionamento
410 institucional. O atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual — LOA, concluída apenas em abril, agravou o
411 cenário, tendo a universidade sofrido cortes sucessivos no valor total de R\$ 3,3 milhões, impactando diretamente o
412 custeio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Relatou-se que, até maio, apenas cinco doze
413 avos haviam sido liberados e que, segundo o decreto então vigente, cerca de quarenta por cento do orçamento só
414 seria disponibilizado em dezembro, o que tornaria inviável a execução regular das atividades. Informou que, diante
415 da mobilização nacional, o governo reviu a medida especificamente para universidades e institutos federais,
416 devendo ser publicado novo decreto ainda naquela data. Afirmou também que houve recomposição dos R\$ 3,3
417 milhões cortados, o que representou, no conjunto das universidades federais, um aporte de aproximadamente R\$
418 249 milhões, chegando a R\$ 400 milhões quando incluídos os institutos federais. Ressaltou, entretanto, que
419 mesmo com essa recomposição, a necessidade de suplementação permanece, visto que o orçamento atual não
420 alcança o patamar de dois mil e dezenove. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, também
421 registrou que, apesar das restrições, a instituição manteve o pagamento de todas as bolsas, auxílios e serviços
422 terceirizados, priorizando as pessoas. Informou ainda que, assim que o decreto for oficialmente publicado, a
423 universidade reativará imediatamente editais de pesquisa e extensão, bem como ações relativas ao Centro de
424 Línguas, ao Núcleo de Arte e Cultura e demais programas suspensos temporariamente por falta de disponibilidade
425 financeira. Ressaltou a necessidade de discussão nacional sobre um novo modelo de financiamento das
426 instituições federais de ensino, de modo que não fiquem submetidas exclusivamente ao arcabouço fiscal, e
427 defendeu que a universidade deve avançar na pauta de investimentos estruturantes, incluindo a requalificação de
428 laboratórios de ensino e a renovação da frota de ônibus. Em seguida, retomou o tema mencionado anteriormente
429 pela conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis**, referente ao incidente ocorrido na moradia
430 estudantil. Informou que foi solicitada perícia da Polícia Federal e que, assim que houver laudo oficial, os
431 resultados serão divulgados à comunidade. Relatou que os estudantes atingidos já registraram formalmente os
432 danos materiais e que o processo de ressarcimento está em andamento. Explicou que o quarto afetado está em
433 reforma e que os danos se concentraram principalmente em duas camas e colchões, sem prejuízo aos móveis que
434 continham os pertences dos estudantes. Acrescentou que equipes de manutenção realizam revisão completa das
435 instalações elétricas nas vilas masculina e feminina, embora indícios preliminares apontem que o incidente não
436 teve origem na rede interna, uma vez que os imóveis foram reformados integralmente em dois mil e vinte e três.
437 Informou também que estão sendo adotadas medidas de vigilância eletrônica para todos os campi, atendendo às
438 demandas apresentadas pelos estudantes. Nada mais havendo a discutir, deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz
439 Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

440 emendas, na reunião **do dia X de X de 2026,** segue assinada pelo presidente do Consuni, pelos conselheiros
441 presentes nesta reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.